

Dinâmica de Rendimentos, Persistência da Pobreza e Políticas Sociais em Portugal

Leonor Vasconcelos Ferreira

U.PORTO

FEP FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

DINÂMICA DE RENDIMENTOS, PERSISTÊNCIA DA POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL *

LEONOR VASCONCELOS FERREIRA
Faculdade de Economia, Universidade do Porto
R. Dr. Roberto Frias 4200 – 464 Porto
e CEMAPRE / ISEG-UTL
leonorvf@fep.up.pt

RESUMO

Este trabalho pretende investigar os principais aspectos da dinâmica de rendimentos e da persistência de situações de pobreza monetária em Portugal. Através da análise da distribuição de rendimentos num painel representativo de famílias portuguesas procura-se compreender o padrão de mobilidade prevalente em Portugal bem como qualificar e quantificar a dimensão de persistência da pobreza. O texto desenvolve e aplica diversas medidas de mobilidade e inércia da distribuição de rendimentos, bem como de incidência, duração e rotação das situações de pobreza monetária. Seguidamente tenta identificar as principais características das dinâmicas de rendimentos, da desigualdade e da pobreza e, em particular, os factores associados à persistência de baixos rendimentos após transferências sociais. Finalmente, procura retirar algumas implicações em termos da condução das políticas sociais.

O estudo utiliza primariamente a informação microeconómica do Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (ECHP) respeitante a Portugal, no período de 1994 a 1997, complementando a análise com recurso a fontes secundárias de informação referentes a Portugal e aos demais países da UE 15 de modo a contextualizar a situação portuguesa no panorama europeu.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmica de rendimentos; dinâmica da pobreza; pobreza crónica; políticas sociais; ECHP; Portugal.

CLASSIFICAÇÃO JEL: D31; I32; I38.

* Revisão da comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais “A Questão Social no Novo Milénio” (Coimbra, 6-18 de Setembro de 2004). Agradeço: ao Luís Capucha, José Madureira Pinto e participantes no Congresso pelos comentários recebidos; ao ECASS (Univ. de Essex) e IDPM (Univ. de Manchester), onde o trabalho empírico e esta revisão foram realizados, o excelente acolhimento; ao Programa Europeu ‘Aumentar o Potencial Humano e da Base de Conhecimentos Socioeconómicos’ e Fundação para a Ciência e a Tecnologia as bolsas que apoiaram as estadias naqueles centros de investigação.

ABSTRACT

This paper aims to investigate income and poverty dynamics in Portugal, with a special focus on chronic poverty. The analysis of income distribution changes in a representative panel of households in Portugal allow us to understand prevailing income mobility patterns as well as quantify and qualify chronic poverty incidence. The paper develops and applies several income mobility measures in addition to standard poverty rates and flows, and poverty spells. It proceeds with the identification of the driving forces of inequality and poverty, and especially of the persistence of poverty after social transfers. Finally, it discusses some implications for social policy.

The study is conducted mainly by using microdata on Portugal from the European Community Household Panel (ECHP), covering the period from 1994 to 1997. Complementary secondary analysis on data on Portugal and the UE 15 is used in order to present some comparative analysis.

KEYWORDS: Income dynamics; poverty dynamics; chronic poverty; social policy; ECHP; Portugal.

JEL CLASSIFICATION: D31; I32; I38.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende investigar as dinâmicas da mobilidade de rendimentos e da pobreza monetária presentes em Portugal, retirando daí algumas ilações quanto à necessidade de reforçar as políticas públicas de modo a que estas se revelem mais eficazes no combate à pobreza e à exclusão social.

O presente estudo assenta fundamentalmente na análise da informação microeconómica do Painel Europeu dos Agregados Familiares (ECHP)¹. Este inquérito, dada a sua natureza longitudinal, permite acrescentar à análise estática da desigualdade e da pobreza, e do impacto das políticas redistributivas, outros aspectos relacionados com o grau de mobilidade de rendimentos, a importância dos fluxos de entrada e saída em situações de pobreza e a persistência desta no tempo. Complementarmente, recorre-se a outras fontes secundárias, quando pertinentes para a qualificação dos níveis e perfis da desigualdade e da pobreza em Portugal. Ainda, e sempre que possível, a situação portuguesa é apreciada no contexto mais geral dos países da União Europeia (UE 15).

A base de dados trabalhada (UDB Setembro de 2001) engloba as vagas respeitantes aos anos de 1994 a 1997². Identificado o subconjunto de agregados familiares e indivíduos para os quais se dispunha de informação para todo o período em estudo, os ponderadores da amostra foram definidos de modo a corrigir o atrito e manter o painel representativo do universo das famílias portuguesas. Deste modo, o painel representativo relativo aos anos de 1994 a 1997 inclui cerca de 83% dos indivíduos entrevistados ao longo desses anos.

A análise da desigualdade e da pobreza monetária exige um conjunto de opções metodológicas cruciais na avaliação das distribuições de rendimentos (vd Ferreira, 2000). Neste estudo adoptaram-se conceitos de rendimento e de linha de pobreza idênticos aos aplicados em anteriores investigações sobre a situação portuguesa (Ferreira, 1992, 2001 e 2002; Ferreira e Rodrigues, 2000; Pereirinha *et al*, 1999; Rodrigues, 1993). Assim, os resultados agora obtidos são comparáveis e consistentes com os aspectos que os anteriores estudos já investigaram, e complementares, nos aspectos adicionais que a base de dados longitudinal permite acrescentar.

¹ Na designação inglesa mais comum, ECHP (European Community Household Panel).

² Foram realizadas oito vagas do ECHP na UE 15, correspondendo aos anos de 1994 a 2001. Os estudos internacionais comparativos de maior profundidade, entretanto publicados, referem-se ao período de 1994 a 1997. Encontra-se actualmente em preparação um novo inquérito, a ser lançado na UE 25 a partir de 2007.

Concretamente, adoptou-se a escala de equivalência da OCDE para determinar o rendimento equivalente a imputar a cada agregado e indivíduo³; definiu-se a linha de pobreza relativa anual como 50% da mediana do rendimento equivalente⁴; reteve-se com variável de rendimento a receita monetária líquida total⁵. Esta variável corresponde à agregação dos rendimentos do trabalho, dos rendimentos de propriedade, de capital e das transferências privadas, das pensões e de outras transferências sociais recebidas por cada um dos elementos do agregado no ano precedente ao da realização do inquérito.

A adopção de uma perspectiva monetária na determinação das situações de pobreza não significa a redução das dimensões de bem-estar social às condições materiais e monetárias da existência. Esta perspectiva pode ser justificada, alternativamente, pela abordagem dos direitos sociais mínimos, na qual se inclui o direito a um rendimento básico mínimo (Atkinson, 1898; Van Parijs, 1992). Do ponto de vista empírico, a perspectiva monetária tem uma aplicabilidade muito alargada a partir da informação recolhida nos típicos inquéritos de rendimentos e despesas das famílias e os seus resultados apresentam elevada correlação com outras formas de privação e exclusão social (Ferreira, 2000; Pereirinha *et al*, 1999; Ruggeri-Laderchi *et al*, 2003).

2. BREVE RETRATO DE PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

Em outros trabalhos já se estabeleceram certas tendências e factos estilizados da desigualdade e da pobreza em Portugal desde o início da década de oitenta (Ferreira, 1992, 2001 e 2002; Ferreira e Rodrigues, 2000; Pereirinha *et al*, 1999, Rodrigues, 1993).

Em Portugal, os níveis de desigualdade são elevados quando avaliados por todas as classes de indicadores, bem como são elevadas a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza monetária relativa. Para além disso, os diversos indicadores de desigualdade e de pobreza apresentam, desde 1980, flutuações mais associadas ao ciclo económico do que

³ Nesta escala, ao primeiro adulto é imputado o factor 1; a cada menor de 14 anos o factor 0,5; e a cada outro membro do agregado o factor 0,7. Em certos estudos mais recentes sobre desigualdade e pobreza tem sido adoptada a escala da OCDE modificada, em que os factores são 1; 0,3 e 0,5, respectivamente. Dado o valor extremamente reduzido do limiar de pobreza não nos parece razoável reduzir os índices de necessidades relativas para valores tão diminutos.

⁴ O Eurostat tem adoptado o limiar de 60% para a definição de baixo rendimento ou risco de pobreza, embora utilize também os cutt-offs de 40, 50 e 70% para efectuar uma análise de sensibilidade aos resultados.

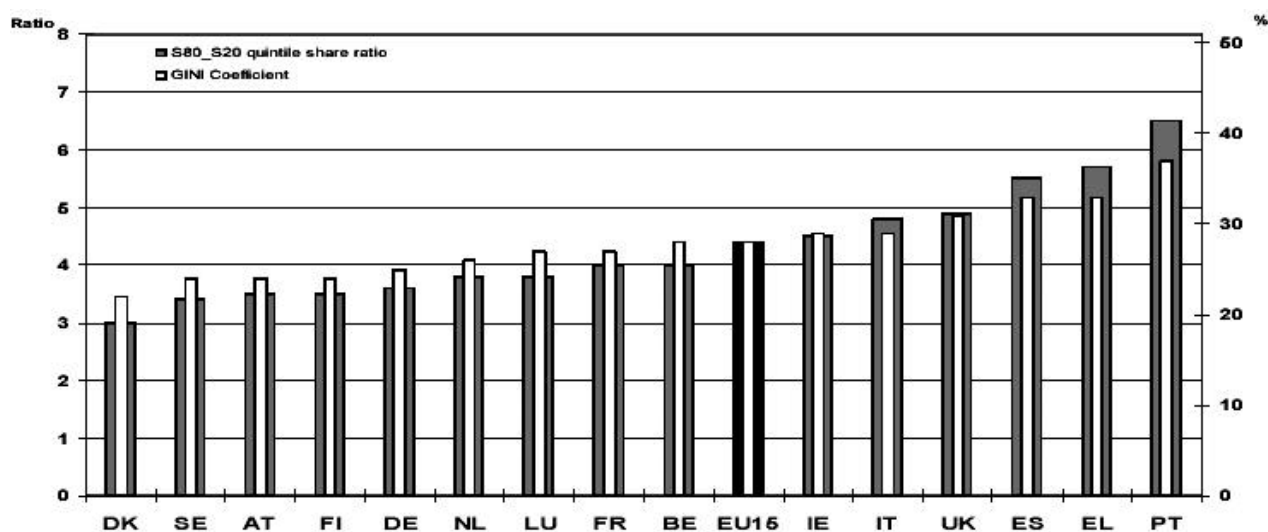
⁵ Em países como Portugal os rendimentos não monetários das famílias assumem significativa importância, correspondendo a 13,5% do rendimento total das famílias em 2000 (INE, 2002). Estes rendimentos contribuem para a atenuação das desigualdades, pelo que a sua não consideração no ECHP pode, para Portugal, representar uma ligeira sobreestimação das medidas de desigualdade e de pobreza.

correspondendo a uma tendência sustentada de redução dos seus níveis, pese embora o claro crescimento económico e a evolução social entretanto verificados (Ferreira, 2002).

A análise comparada das distribuições de rendimento dos vários países da UE 15, tornada possível pela aplicação harmonizada do mesmo inquérito a partir da segunda metade dos anos noventa, permite adicionalmente classificar Portugal como um país com um fraco nível médio de rendimento no contexto europeu, a que se associam níveis particularmente elevados de desigualdade e de incidência da pobreza. A partir da base de dados do ECHP, estudos realizados sob os auspícios do Eurostat (vd. por exemplo Dennis e Guio, 2004, Ras *et al*, 2002; Eurostat, 2002, 2003a e 2003b), colocam quase sempre Portugal na última posição no conjunto dos países da UE 15 no que se refere aos indicadores de desigualdade e de pobreza.

De facto, com um nível de rendimento mediano equivalente de cerca de 60,2% da média europeia em 2001, Portugal apresenta o nível mais elevado de desigualdade, quando avaliada através de indicadores como o rácio das quotas de rendimento dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres (S80/S20) ou o coeficiente de Gini (Dennis e Guio, 2004)⁶.

Figura n.º 1 Indicadores de desigualdade na UE 15, 2001

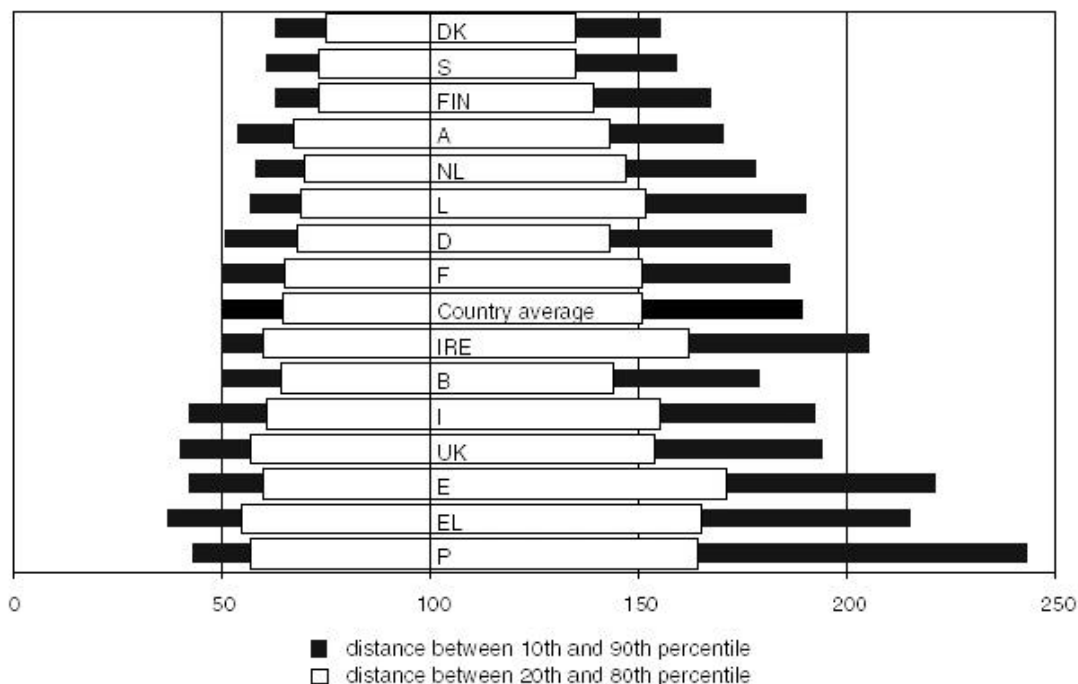


Fonte: Dennis e Guio (2004)

A distribuição de rendimentos em Portugal é, ainda comparativamente aos nossos parceiros europeus da UE 15, extremamente assimétrica, com uma disparidade elevada entre os níveis de rendimentos dos estratos mais ricos em relação aos estratos mais pobres e, mesmo, em relação aos rendimentos medianos. Como pode observar-se na figura seguinte, parece existir

também, nesse conjunto de países, uma associação clara entre a assimetria da distribuição em favor dos rendimentos mais elevados e o nível de desigualdade.

**Figura n.º 2 Dispersão de rendimentos na UE 15, 1997
(mediana=100)**



Fonte: Eurostat, 2003b

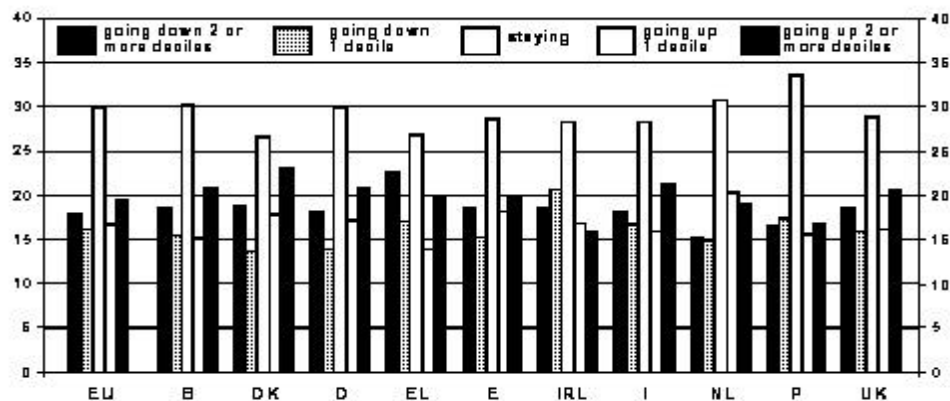
A estas características acrescentam-se mais outros aspectos: a inércia da distribuição de rendimentos e a incidência de baixos rendimentos ou risco de pobreza⁷ atingem também em Portugal os valores mais elevadas no contexto da UE 15.

Com efeito, Portugal apresenta a maior inércia na distribuição do rendimento do conjunto de países da UE 15, quando esta é avaliada através da dimensão e amplitude dos movimentos na distribuição ordenada de rendimentos (por decis). De acordo com Ras *et al* (2002), no período de 1994 a 1997, a percentagem de indivíduos que mantém a sua posição na distribuição ordenada de rendimentos é claramente maior em Portugal do que a média da UE 15 (34% *versus* 30%) e os movimentos apresentam menor amplitude (movimentos de amplitude de dois ou mais decis na ordem 33% e 37%, respectivamente em Portugal e na UE 15).

⁶ Estes indicadores assumem os valores de 6,5 e 37% em Portugal, face a 4,4 e 28% na UE 15, respectivamente.

⁷ O EUROSTAT tem adoptado como limiar de baixo rendimento, ou risco de pobreza, os 60% do rendimento mediano em cada país e a escala de equivalência da OCDE modificada. Neste estudo consideramos como linha de pobreza os 50% do rendimento mediano e adoptamos a escala de equivalência da OCDE.

Figura n.º 3 Mobilidade de rendimentos na UE, 1994-1997



Fonte: Ras *et al* (2002)

Finalmente, ao longo dos anos para os quais se dispõe da informação harmonizada do ECHP⁸, Portugal tem atingido valores de incidência de baixos rendimentos dos mais elevados da UE 15, quase sempre figurando em lugar cimeiro neste indicador negativo de desenvolvimento. Entre 1995 e 2001, o valor deste indicador para Portugal flutuou entre os 23% e os 20%. A incidência de baixos rendimentos atingia 20% dos indivíduos em Portugal em 2001 e, se definissemos a linha de pobreza em 50% da mediana do rendimento total, a pobreza atingia 13% nesse mesmo ano (Dennis e Guio, 2004). Estes valores têm-se mantido consideravelmente estáveis ao longo dos anos de existência do painel (Eurostat: Indicadores Estruturais *on line*).

As tipologias familiares mais atingidas pelos baixos rendimentos e pela pobreza são as famílias de idosos (isolados ou vivendo em casal), as famílias monoparentais e as famílias de casais com 3 ou mais crianças⁹. Em termos de estratificação etária, o risco de pobreza também é mais grave para os idosos e para as crianças¹⁰.

A persistência de baixos rendimentos parece ser também mais forte em Portugal, de tal forma que no período de vigência do ECHP, cerca de 15% da população inquirida em cada ano se

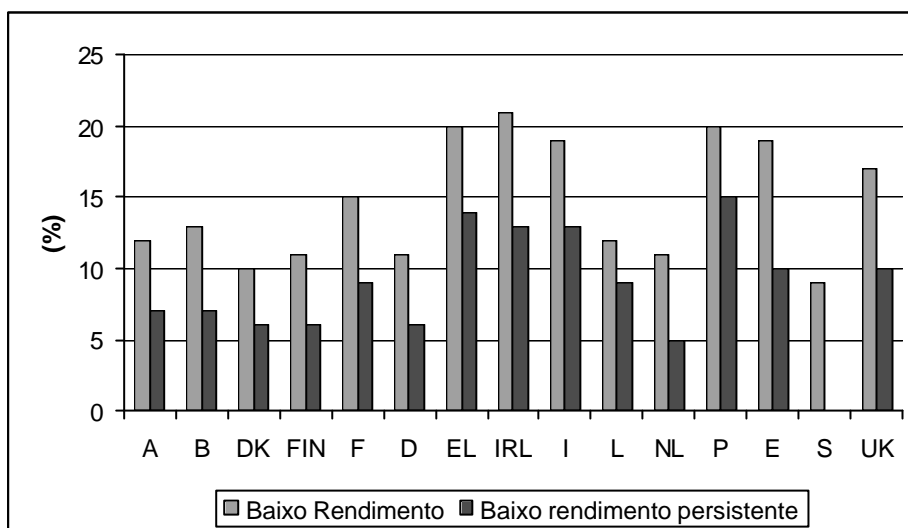
⁸ Para o horizonte do ECHP, i. e., de 1994 a 2001.

⁹ Nestes tipos de famílias, o risco de pobreza excede o nível médio do País em 130%, 60%, 95% e 35%, respectivamente (Dennis e Guio, 2004).

¹⁰ Nestes estratos, o risco de pobreza excede o nível médio do País em 50% e 35%, respectivamente (idem).

encontrava em situação de vulnerabilidade à pobreza em pelo menos três dos últimos quatro anos (Eurostat: Indicadores Estruturais *on line*).

Figura n.º 4 Baixos rendimentos na UE 15, 2001



Fonte: Eurostat (Indicadores Estruturais *on line*)

No que diz respeito ao nível médio de insuficiência de rendimentos, os últimos dados disponíveis (Dennis e Guio 2004) indicam que o défice médio de rendimento dos indivíduos com baixos rendimentos em percentagem do limiar de baixos rendimentos regista em 2001 o mesmo valor em Portugal e na média da UE 15 (15%). Neste indicador, a situação portuguesa não é tão grave como no Reino Unido (23%), Espanha e Irlanda (24%).

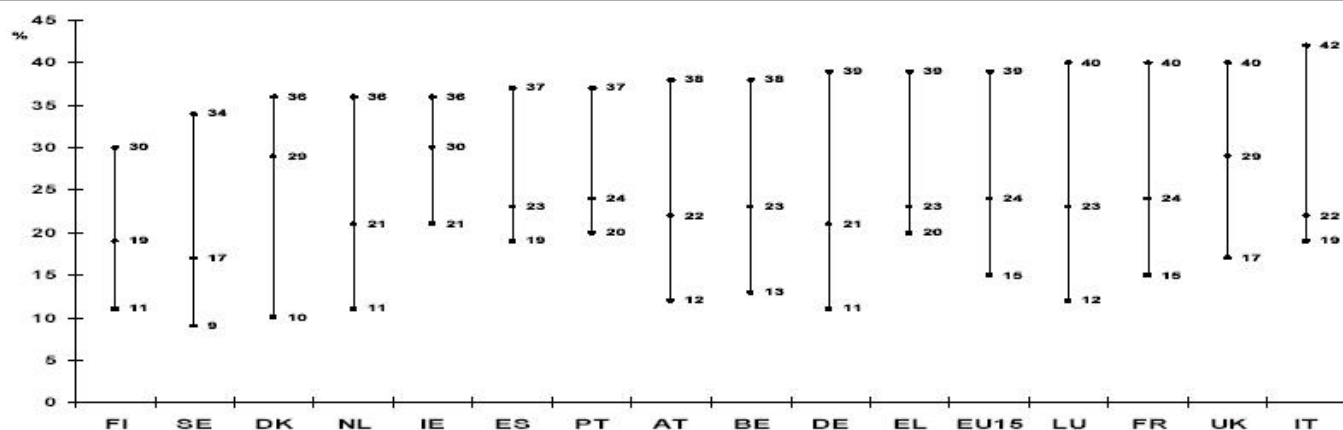
A baixa eficácia das prestações sociais na redução dos níveis de desigualdade e de pobreza é outra das características da situação portuguesa. Com efeito, o risco de pobreza antes de transferências sociais em Portugal é semelhante ao valor médio na UE 15 tendo as pensões um efeito de redução da pobreza semelhante ao verificado em média na europa comunitária, mas as restantes transferências sociais um impacto muito menor.

A figura seguinte sistematiza o impacto das pensões e das restantes transferências sociais na redução da pobreza no conjunto dos países da UE 15 em 2001 ao apresentar o risco de pobreza antes e após transferências sociais.

As transferências sociais totais reduzem em 17 pontos percentuais o risco de pobreza em Portugal, sendo esta magnitude explicada em grande medida pelo impacto das pensões (13 pontos percentuais). Na sua globalidade as transferências sociais reduzem o risco de pobreza

em cerca de 46% em Portugal, sendo portanto menos eficazes do que em média na UE 15 (62%). Esta menor eficácia fica a dever-se às transferências sociais excluindo pensões, cuja eficácia é de 17% em Portugal e 38%, em média, na UE 15.

Figura n.º 5 Impacto das transferências sociais na redução da pobreza, 2001



Fonte: Dennis e Guio , 2004

3. APROFUNDANDO A ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE RENDIMENTOS E DE POBREZA EM PORTUGAL

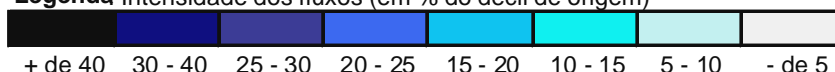
Num estudo anteriormente publicado (Ferreira, 2002) foram já apresentados alguns elementos da análise destas dinâmicas e que agora se irão aprofundar. A mobilidade de rendimento foi analisada com mais pormenor aliando ao estudo das matrizes de transição entre decis da distribuição de rendimento equivalente a determinação de alguns indicadores de síntese da mobilidade.

A matriz de transição interdecis da figura n.º 6 apresenta os fluxos, em percentagem, de cada decil da distribuição de rendimentos de 1994 (em linha) para os vários decis da distribuição de rendimentos de 1997 (em coluna). Na diagonal encontramos os elementos que mantiveram a sua posição relativa na distribuição de rendimentos; acima da diagonal os que melhoraram a sua posição relativa, isto é, que tiveram mobilidade ascendente; e abaixo da diagonal aqueles que pioraram a sua posição relativa, isto é, que tiveram mobilidade descendente.

Figura n.º 6 Matriz de transição interdecis entre 1994 e 1997

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	42,5	17,3	12,8	7,0	6,5	5,5	4,0	2,8	1,3	0,3
2	22,5	34,1	13,4	10,6	5,8	4,3	3,8	2,8	0,8	2,0
3	9,3	22,2	27,5	14,9	8,8	5,3	7,3	1,8	1,5	1,5
4	8,0	13,8	17,1	21,4	14,6	14,1	4,0	3,5	3,0	0,5
5	5,0	9,0	11,5	18,7	26,4	12,7	8,0	5,7	2,2	0,7
6	2,8	1,5	10,4	14,4	16,4	21,5	15,7	10,6	5,6	1,3
7	1,8	1,8	2,0	6,3	11,6	21,9	28,6	17,6	7,8	0,8
8	3,8	1,0	3,5	3,8	5,0	9,8	20,6	34,4	15,8	2,3
9	1,0		0,3	2,3	4,5	4,3	6,0	17,6	41,5	22,6
10	3,0		2,0	0,5	0,5	0,5	1,8	3,0	20,7	68,0

Legenda Intensidade dos fluxos (em % do decil de origem)

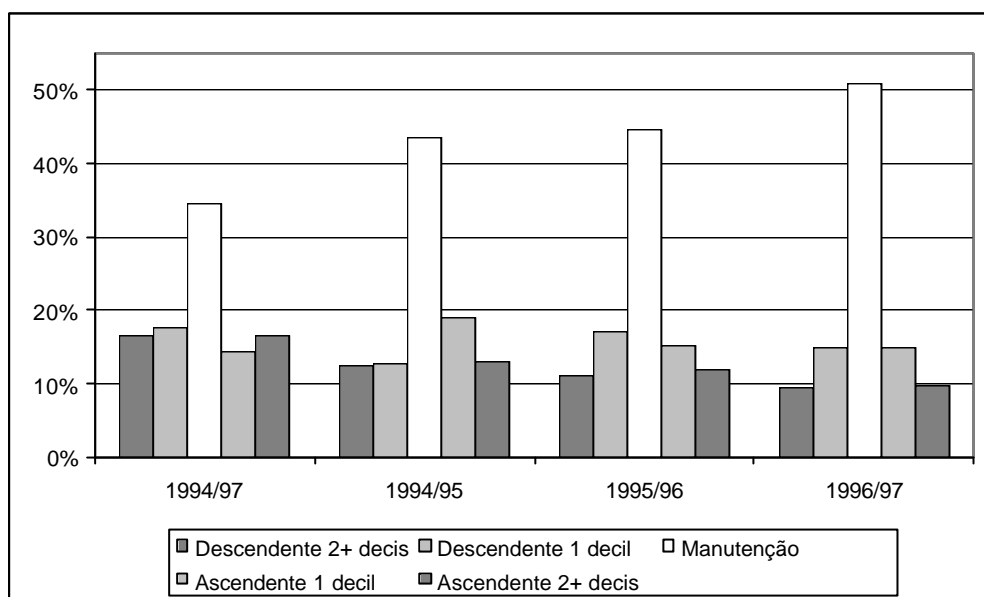


Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

A inércia é, como seria de esperar, maior nos decis extremos; a inércia é, ainda, particularmente forte no topo da distribuição; a intensidade dos fluxos diminui rapidamente a partir da diagonal. Todas estas características encontram-se também nas matrizes de transição ano a ano e acentuam-se ao longo do período de quatro anos. Para dar alguns exemplos, de 1994-1995 para 1996-1997 a permanência nos decis extremos é continuamente crescente, passando de 54,8% para 61,8% no primeiro decil e de 71,5% para 76,3% no 10º decil; a percentagem de elementos que se mantém na mesma posição na distribuição de rendimentos aumentou de 43,5% para 50,9%; e a percentagem de elementos que registaram uma alteração na sua posição relativa de amplitude igual ou superior a dois decis diminuiu de 25,5% para 19,4%. Somos, pois, levados a concluir que a mobilidade parece declinar continuamente de 1994 para 1997.

Passando agora a uma análise mais detalhada, encontramos na figura n.º 7 um resumo da dimensão e amplitude da mobilidade de rendimentos entre 1994 e 1997, quer ano a ano, quer no conjunto dos quatro anos. Como se poderia esperar, a mobilidade no período de quatro anos é superior à mobilidade anual (que aquela consolida), embora seja de notar que se verificou uma progressiva rigidez na distribuição ordenada de rendimentos.

Figura n.º 7 Mobilidade de rendimento em Portugal, 1994-1997



Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

Considerando os diversos indicadores de mobilidade baseados nas matrizes de transição discretizadas por decis (Schluter, 1998)¹¹ apresentados no quadro n.º 1, esta característica sai confirmada, pois todos eles apontam inequivocamente para uma redução da mobilidade ao longo dos anos analisados. Mais uma vez, somos levados a concluir ter ocorrido uma redução da mobilidade ao longo do período em estudo.

Quadro n.º 1 Indicadores de mobilidade de rendimentos

	1994/95	1995/96	1996/97	1994/97
Indicador de Shorrocks	0,628	0,615	0,545	0,727
Indicador de Mobilidade Total	1,301	1,239	0,963	1,891
Indicador de Mobilidade Ascendente	0,590	0,608	0,485	0,900
Indicador de Mobilidade Descendente	0,713	0,632	0,480	0,993

Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

¹¹ Os indicadores definem-se da seguinte forma:

$$M_S = \frac{\sum (1 - p_{ii})}{n - 1}; M_T = \frac{\sum (1 - p_{ii})}{\sum p_{ii}}; M_A = \frac{\sum \sum_{j>i} p_{ij}}{\sum p_{ii}}; M_D = \frac{\sum \sum_{j<i} p_{ij}}{\sum p_{ii}},$$

onde p_{ij} representa o elemento genérico da matriz de transição e n a respectiva ordem.

Retomando os resultados do trabalho anterior (Ferreira 2002), a incidência da pobreza¹² no painel de famílias presentes no período temporal de 1994 a 1997 regista um desagravamento estatisticamente significativo a partir de 1996. Contudo, como concluímos em estudos anteriores (vd. Ferreira 2001 e 2002), os níveis de incidência de baixos rendimentos e de pobreza são sistematicamente elevados em Portugal e não manifestam tendência de redução no médio prazo, não obstante o crescimento registado desde a década de oitenta.

A análise de mobilidade de rendimentos pode ser particularizada no que respeita aos movimentos que atravessam o limiar de pobreza, conduzindo a um maior aprofundamento da dimensão temporal do fenómeno da pobreza.

Assim, o quadro n.º 2 apresenta ainda as percentagens de famílias que entraram e que saíram, em cada ano, da situação de pobreza e as taxas anuais de entrada e de saída da pobreza¹³. A evolução destes indicadores evidencia alguma variabilidade na proporção de famílias que entra anualmente em situação de insuficiência de rendimentos (que passou de 5,8% em 1995 para 4,6% em 1997), bem como daquelas que tiveram a capacidade de escapar à situação de pobreza (que passou de 5,8% para 4,5% nesses mesmos anos). Contudo, a diminuição neste período, quer da taxa de entrada quer na de saída da pobreza (de 7% para 4,6% e de 35,8% para 32,6%, respectivamente), indicia uma consolidação progressiva das situações de pobreza ao longo do tempo.

Quadro n.º 2 Incidência e dinâmica anual da pobreza (%)

	1994	1995	1996	1997
Incidência	16,3	16,3	13,6	13,8
Entrada		5,8	3,8	4,6
Saída		5,8	6,4	4,5
Taxa de Entrada		7,0	4,5	5,3
Taxa de Saída		35,8	39,4	32,6

Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

Esta análise dinâmica torna evidente que a partir de uma base de dados de natureza longitudinal é possível começar a detectar uma característica adicional do fenómeno da pobreza em Portugal, que muitos dos investigadores nacionais já suspeitavam: a sua natureza

¹² A incidência, ou taxa de pobreza, define-se como:
$$\text{Incidência}_t = \frac{\text{População pobre em } t}{\text{População em } t} \times 100$$

$$\text{Taxa Entrada}_t = \frac{\text{População que entrou na pobreza em } t}{\text{População não pobre em } t - 1} \times 100;$$

¹³ Estas taxas definem-se como

$$\text{Taxa Saída}_t = \frac{\text{População que saiu da pobreza em } t}{\text{População pobre em } t - 1} \times 100$$

crónica. Com efeito, são significativamente elevadas as percentagens de indivíduos e famílias que não conseguem superar as condições de insuficiência de recursos monetários, e é de crer que neste caso se verifiquem situações de cumulativa privação noutras esferas de vida e que seja progressivamente mais difícil romper os ciclos de desvantagem em que se encontram.

Este mesmo aspecto do carácter crónico da pobreza em Portugal pode ser apreciado quando se segue a situação face à pobreza dos diversos elementos presentes no painel. A figura n.º 8 é uma matriz de trajetórias face à pobreza no conjunto dos quatro anos que utiliza um sistema de codificação binário onde *1* representa a situação de pobreza e *0* a de não pobreza. Assim, numa tabela 4 x 4 podem registar-se as diversas trajetórias possíveis durante os quatro anos (os dois primeiros anos em linha e nos dois últimos em coluna). Cada célula apresenta a percentagem de famílias em cada trajetória, desde um percurso sempre fora da pobreza (72,9%) até uma situação de permanente pobreza (5,7%). As diversas zonas sombreadas permitem identificar as várias combinações que dão origem a um mesmo número de anos em situação de pobreza ao longo dos quatro anos em consideração.

Figura n.º 8 Matriz de trajetórias face à pobreza, 1994 a 1997

	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>10</i>	<i>11</i>
<i>00</i>	72,9	2,4	1,4	1,2
<i>01</i>	2,8	0,7	0,7	1,6
<i>10</i>	4,1	0,6	0,5	0,7
<i>11</i>	2,0	0,9	1,8	5,7

Legenda: Persistência da pobreza (nº de anos)

72,9	10,7	5,7	5,0	5,7
0 anos	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos

Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

Assim, no período em estudo, 27,1% da população do painel encontrou-se pelo menos uma vez em situação de pobreza, 10,7% esteve nesta situação em 3 ou 4 anos e 5,7% encontrou-se permanentemente em situação de pobreza, o que corresponde a cerca de 40% das famílias

pobres em cada ano¹⁴. Este núcleo muito significativo de persistência de rendimentos muito baixos revela que uma franja apreciável da população se encontra particularmente vulnerável a múltiplas formas de privação e a processos de exclusão social.

Mesmo dispondo de dados relativos apenas a um período de quatro anos, podemos confirmar que a probabilidade de permanecer em situação de pobreza cresce acentuadamente com a duração da insuficiência de rendimentos. De facto, a persistência de rendimentos muito baixos afecta a própria capacidade de superação da situação de desvantagem que a pobreza monetária constitui, como se pode concluir pela evolução do risco de permanência em pobreza¹⁵, por duração dessa situação, tabelado no quadro n.º 4. Correlativamente, dados do Eurostat (2003b) apontam Portugal como o país em que a probabilidade de escapar a baixos níveis de rendimento é mais claramente inferior à média europeia¹⁶.

Quadro n.º 4 Probabilidade de persistir em situação de pobreza, por duração anterior da pobreza (%)

Nº de anos em pobreza	1995	1996	1997
0	7,0	3,3	3,1
1	64,1	39,5	44,7
2		72,5	69,6
3			75,7

Fonte: cálculo a partir da base de dados longitudinais do ECHP

A existência em Portugal de uma forte percentagem de pobres crónicos no total da população identificada como pobre deve levar a especial atenção na focagem e definição de políticas verdadeiramente capazes de romper os processos cumulativos de desvantagem e privação.

¹⁴ Na literatura especializada tem vindo a adoptar-se uma tipologia que distingue pobres crónicos (sempre pobres e usualmente pobres) e pobres transitórios. Se aqui considerassemos os pobres crónicos aproximados pelos que são pobres em 3 ou 4 dos anos em análise, a sua percentagem subiria para 10,7% do total do painel e cerca de 70% dos pobres em cada ano. Se utilizarmos o conceito de risco de pobreza persistente do EUROSTAT (risco de pobreza no ano presente e em mais dois dos três anos anteriores), os valores de cronicidade da pobreza em Portugal serão da ordem dos 68% a 75% entre 1996 e 2001.

¹⁵ Este risco define-se como a probabilidade de persistir na situação de pobreza, condicionada pelo número de anos passados, ininterruptamente, em pobreza.

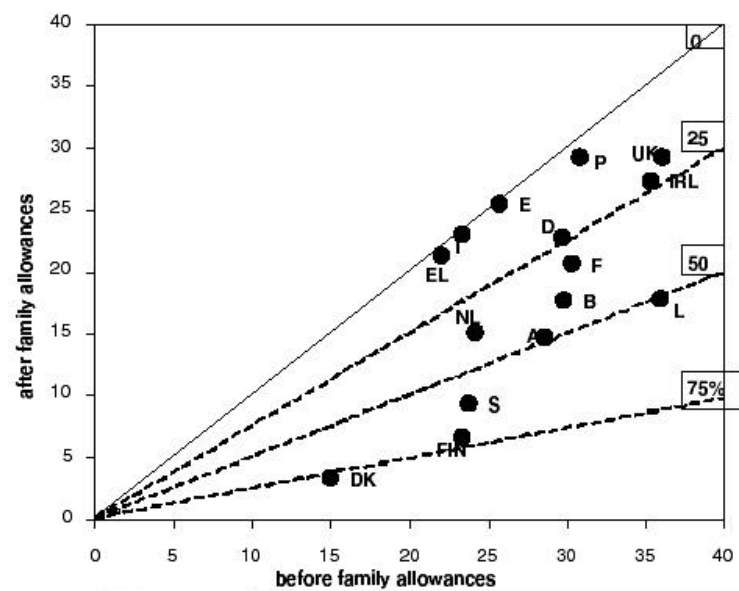
¹⁶ Em 1997 essas probabilidades eram de 24, 19 e 13%, em Portugal, contra 38, 26 e 20% para a média da UE, relativamente a situações de permanência de um, dois ou três anos em baixos rendimentos (inferior a 60% do rendimento equivalente, considerando a escala de equivalência da OCDE modificada).

Neste contexto, é ainda particularmente preocupante a transmissão intergeracional da pobreza, com toda a negação de condições de desenvolvimento pessoal às crianças e jovens persistentemente desfavorecidos no que toca aos recursos dos seus agregados familiares.

Este risco está bem presente na sociedade portuguesa, onde a incidência da pobreza monetária nos jovens menores de 16 anos é claramente superior à incidência na população em geral¹⁷. As famílias com jovens menores de 16 anos estão particularmente vulneráveis à pobreza, encontrando-se estes, assim, numa posição de desvantagem inicial no seu percurso de formação, o que, com grande probabilidade, marcará negativamente as suas oportunidades futuras.

Este aspecto é também revelador do ainda insuficiente nível e alcance das políticas sociais, cujo objectivo seria garantir iguais direitos e oportunidades. Na realidade, se como vimos anteriormente as transferências sociais em geral não são grandemente eficazes na redução do risco de pobreza, as transferências familiares têm um impacto ainda mais incipiente na redução do risco de pobreza infantil, e as restantes políticas sociais não invertem a transmissão de níveis educacionais e culturais penalizadores para os jovens das famílias de mais baixos rendimentos (McCulloch e Joshi, 2002; Ferreira, 1994).

Figura n.º 9 Impacto das transferências familiares na redução da pobreza infantil na UE 15, 1997



Fonte: Eurostat, 2003b

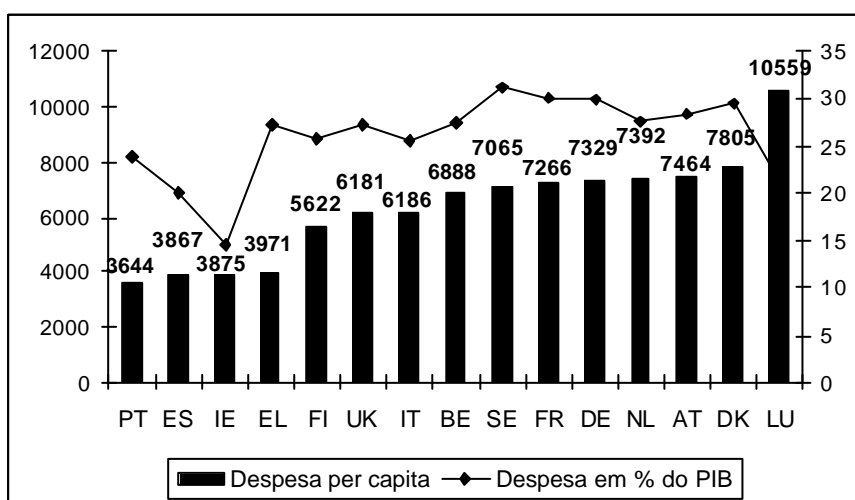
¹⁷ Segundo as estimativas do EUROSTAT, Portugal é dos países com mais elevadas taxa de pobreza neste estrato populacional. Acresce que esta taxa evoluiu desfavoravelmente nos anos mais recentes (em 2001, a incidência entre os jovens é 35% mais alta do que entre a população em geral, contra cerca de 27% em 1997).

A baixa eficácia das transferências sociais relacionadas com prestações familiares na redução dos níveis de desigualdade e de pobreza em Portugal pode ser comprovada pela figura anterior, que apresenta o impacto das transferências familiares na incidência da pobreza infantil no conjunto dos países da UE15.

Os efeitos redistributivos das políticas sociais têm sido limitados em Portugal, nomeadamente no que concerne à redução da incidência da pobreza. Pode procurar-se a explicação deste facto no nível também relativamente limitado das prestações sociais. Se é um facto que o valor mais baixo dos benefícios sociais *per capita* da UE 15 se verifica em Portugal, deve também salientar-se que o nosso País registou o crescimento mais acelerado do nível daqueles benefícios desde o início da década de noventa, com uma taxa real de 7,6% ao ano. Esta evolução corresponde a um incremento de 8,1 pontos percentuais do peso da despesa social no PIB, que em 2001 se cifrava em 23,9% (Amerini, 2000; Abramovici, 2003; 2004).

A fraca eficácia das transferências sociais na redução das desigualdades mais extremas e da incidência da pobreza não se deve, exclusivamente, ao nível dos benefícios sociais, mas igualmente à sua distribuição. De acordo com um estudo mais aprofundado do Eurostat sobre os dados do ECHP (Eurostat 2003b), as transferências sociais apresentam em Portugal um padrão claramente regressivo que se acentuou no período 1994 a 1997.

Figura n.º 10 Despesa em Protecção Social na UE 15 em 2001
(PPS *per capita* e em % do PIB)



Fonte: Abramovici (2003)

De facto, a proporção das transferências sociais que se dirige aos beneficiários com os 20% de rendimentos mais baixos (14%) é menos de metade da que se dirige aos beneficiários com os 20% de rendimentos mais elevados (32%). Além disso, esta disparidade agravou-se entre 1994 e 1997, já que a fracção mais desfavorecida perdeu quota dos benefícios em favor da fracção mais favorecida (2 pontos percentuais).

Quadro n.º 5 Distribuição das transferências sociais por escalões de rendimento dos beneficiários na UE 15 (1997 e variação 1994-1997)

	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Average	EU-15
Percentage shares																	
bottom 20%	17	28	18	13	13	17	25	9	15	18	18	14	19	20	18	18	16
middle 60%	56	57	58	60	65	57	60	64	64	53	59	54	64	61	61	59	59
top 20%	26	15	24	27	22	27	15	28	21	29	23	32	18	19	21	23	24
Changes 1994-1997																	
bottom 20%	0	3	2	3	-1	1	0	0	1	-1	2	-2	0	1	..
middle 60%	5	-6	-4	3	1	-1	-2	1	0	1	1	-1	-2	0	..
top 20%	-4	2	1	-6	0	-1	2	-1	-1	1	-3	2	1	-1	..

Source: ECHP 1994, 1997. Notes: Reference period is 1994 to 1996 for Luxembourg and 1995 to 1997 for Austria and Germany. EU15 refers to the weighted average, 'Average' refers to the unweighted country average. Changes are in percentage points and exclude Finland and Sweden.

Fonte: Eurostat 2003b

Embora Portugal apresente o padrão mais regressivo, poderá dizer-se que ele reflecte essencialmente o peso acentuado que as transferências de substituição de rendimentos (incluindo pensões) assumem na despesa social. Contudo, se isolarmos os beneficiários não pensionistas, as transferências continuam a revelar um padrão regressivo, ao invés do padrão médio da UE 15, que se apresenta então já claramente progressivo¹⁸.

Acresce a esta estranha arquitectura da política social em Portugal um manifesto problema de 'targeting' das transferências sociais, tal como se pode observar no quadro seguinte.

Portugal apresenta um direccionamento inferior a 50% do total das transferências para a população de mais baixos rendimentos em todas as rubricas excepto nos subsídios de doença e invalidez (51%). Os desvios em relação às proporções médias na UE15 direccionadas para a população mais vulnerável à pobreza são acentuados, particularmente na assistência social (12% *versus* 75%) e na educação (14% *versus* 53%). Este problema de 'targeting' é particularmente intrigante no que respeita às transferências sociais que se esperaria terem maior significado na condução de estratégias de combate à incidência e transmissão da

¹⁸ Entre os pensionistas portugueses a distribuição dos benefícios era 9%, 48% e 43%, para os três escalões do quadro n.º 6. Entre os não pensionistas, a distribuição dos benefícios era 17%, 66% e 17%, face a 29%, 57% e 14%, em média, na UE 15 (*idem*).

pobreza, como as transferências de assistência social, benefícios familiares, benefícios ligados à educação e à habitação.

Quadro n.º 6 Percentagem das transferências sociais destinadas a beneficiários com rendimento inferior a 60% do rendimento mediano, 1997

	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Average EU-15	
Non-pension transfers	53	62	49	47	57	54	67	42	53	63	43	48	69	59	64	55	56
Unemploym. benefits	62	44	53	32	51	47	69	34	41	46	46	44	62	53	59	50	51
Sickness, invalidity	53	72	61	64	58	42	58	52	74	72	55	51	71	21	59	42	58
Family benefits	28	18	26	35	38	39	51	17	28	27	25	29	35	27	46	31	33
Education allowances	72	57	43	42	35	50	32	45	10	65	29	14	50	57	55	44	53
Housing benefits	40	26	82	27	59	53	52	14	16	25	22	44	48	46	51	40	53
Social assistance	72	33	83	56	59	70	43	64	36	94	30	12	56	83	..	56	75
Other	16	42	..	26	40	23	41	40	91	..	30	34	5,1	35	59	37	52

Fonte: Eurostat 2003b

Estes factores ajudam talvez a entender melhor o facto do sistema de protecção social em Portugal se apresentar manifestamente insuficiente e ineficaz face ao objectivo de redução da pobreza.

4. CONCLUSÃO

Embora o período de tempo que foi possível analisar seja relativamente curto, os resultados apurados permitem esboçar algumas características relevantes das dinâmicas de rendimento e de pobreza em Portugal. Em particular, a análise temporal ensaiada quanto aos padrões de mobilidade na distribuição ordenada de rendimentos e aos fluxos de entrada e saída da pobreza levam-nos a concluir que, acrescentando aos elevados níveis de desigualdade na distribuição de rendimentos, de incidência, de intensidade e de severidade da pobreza, também se verifica em Portugal, em comparação com os seus parceiros europeus, um padrão mais conservador em termos de mobilidade de rendimentos, uma menor rotação nas situações de pobreza e um núcleo mais forte de situações de pobreza crónica ou persistente. Portugal também regista um fraco nível de eficácia das prestações sociais na redução da desigualdade e da pobreza, revelador da insuficiência e eventual focagem deficiente dos actuais sistemas de

protecção social, pese embora a forte expansão verificada na década de noventa e a introdução de políticas sociais inovadoras nessa mesma década¹⁹.

De tudo o que ficou dito, decorre que a detecção e explicação dos padrões de desigualdade e de desvantagem na sociedade portuguesa contemporânea são elementos essenciais ao conhecimento mais aprofundado desses fenómenos e base indispensável para a formulação de políticas mais eficazes. Os modos de produção e reprodução social da desigualdade e da pobreza devem ser reconhecidos e estudados para uma melhor definição das políticas, não apenas sociais, que compatibilizem crescimento económico e coesão social. O funcionamento dos sistemas de educação e de emprego serão cruciais neste caminho, embora seja importante ter consciência das raízes da desigualdade, pobreza e exclusão que estes, a par do sistema de protecção social, também alimentam.

Dado o reforço das diversas dimensões da pobreza em alguns tipos de agregados familiares, tornando particularmente graves certas situações nas quais intensidade, severidade e persistência da pobreza se conjugam (Ferreira, 2002), será pertinente equacionar políticas sociais categoriais, dirigidas a alguns estratos populacionais sobreexpostos aos factores de risco identificados. Para serem de facto eficazes, tais políticas deverão ter um âmbito alargado e recorrer a estratégias de qualificação e dignificação das pessoas, proporcionando apoio a reformulação de projectos de vida, de modo a romper com situações de desvantagem cumulativa e de herança de pobreza, estranhamente toleradas na sociedade portuguesa. Tais políticas não poderão, portanto, reduzir-se a uma expressão mínima de garantia de um rendimento social, cujo valor, aliás, se situa aquém de todas as linhas de pobreza, relativa ou absoluta, estimadas para Portugal.

Em particular, o risco de pobreza persistente em alguns tipos de agregados familiares, como os idosos ou famílias com crianças e jovens, coloca a necessidade de reequacionar o funcionamento de certos serviços sociais de que a sociedade portuguesa está ainda muito carenciada (nomeadamente os serviços de apoio à família e aos seus dependentes), assim como repensar as formas de acesso aos diversos direitos sociais constitucionalmente consagrados.

¹⁹ A mais importante das quais é o Rendimento Mínimo Garantido, actualmente Rendimento Social de Inserção. Esta medida só entrou em funcionamento pleno em 1997 pelo que o seu impacto não pode ainda ser avaliado neste estudo.

Com efeito, a melhoria em cobertura e qualidade da provisão de bens e serviços relacionados com o bem estar das pessoas e das famílias deve ser entendida como complementar e não substituta, das transferências monetárias dos sistemas de protecção social.

Em conclusão, o estudo das dinâmicas de rendimento e de pobreza, e as características destes fenómenos em ciclo de vida, revelam áreas de debilidade do nosso Estado-Providência com reflexos de importância maior nas condições de transmissão intergeracional da pobreza que são também decisivas para o crescimento das taxas de actividade e do emprego, bem como para os níveis de qualificação e competências dos cidadãos em geral. Estes aspectos são essenciais, não apenas para a redução conjuntural da pobreza, mas também para o combate às assimetrias de acesso aos direitos sociais e, em sentido mais amplo, às desigualdades sociais presentes na sociedade portuguesa. Para fazer face aos novos riscos e às necessidades sociais emergentes, em Portugal e na UE 15, parece ser necessário reformular substancialmente as actuais políticas públicas de modo a prevenir os fenómenos de segmentação latentes e, desse modo, promover um autêntico processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovici, G. (2004) “Social Expenditure in Europe”, *Statistics in Focus*, Theme 3 – 6/2004, Eurostat, Luxembourg.
- Abramovici, G. (2003) “Social Protection in Europe”, *Statistics in Focus*, Population and Social Conditions T3 – 11/2003, Eurostat, Luxembourg.
- Amerini, G. (2000) “Social Protection in Europe”, *Statistics in Focus*, Population and Social Conditions T3 – 15/2000, Eurostat, Luxembourg.
- Atkinson, A. B. (1989) *Poverty and Social Security*, Harvester Wheatsheaf, London.
- Dennis, I. e Guio, A.-C. (2004) “Poverty and Social Exclusion in the EU”, *Statistics in Focus*, Population and Social Conditions T3 – 16/2004, Eurostat, Luxembourg.
- Eurostat (2003a) *Social Situation in the European Union 2003*, Luxembourg.
- Eurostat (2003b) *European Social Statistics – Income, poverty and social exclusion, 2nd Report, Data 1994-1997*, Theme 3, Luxembourg.
- Eurostat (2002) *A Situação Social na União Europeia 2002 - Síntese*, Luxembourg.
- Eurostat (1998) “ECHP Data Quality” (mimeo).
- Eurostat (1996) *The ECHP – survey methodology and implementation*, Series E, Luxembourg.
- Ferreira, L.V. (2002) “Vulnerabilidade e Pobreza: a situação em Portugal em meados da década de 90”, *Sociedade e Trabalho*, n.º 16 (Janeiro/Abril 2002), pp 35-52.

- Ferreira, L.V (2001) “A nova pobreza”, *Actas das Jornadas de Reflexão “Contra a Exclusão Social – Uma Cultura de Solidariedade”*, Editorial A.O., Braga.
- Ferreira, L.V (2000) *A Pobreza em Portugal na década de oitenta*, Edição do Conselho Económico e Social.
- Ferreira, L.V. (1994) “Pobreza Infantil em Portugal na Década de Oitenta”, *Estudos de Economia*, XIV (4), pp 451-464.
- Ferreira, L.V. (1992) “Pobreza em Portugal – variação e decomposição de medidas de pobreza a partir dos orçamentos familiares de 1980/81 e 1989/90”, *Estudos de Economia*, XII (4), pp 377-393.
- Ferreira, L.V. e Rodrigues, C. F. (2000) *A Distribuição do Rendimento, a Pobreza e o Papel da Políticas Redistributivas na Região Norte*, CCRN, Porto.
- INE (2002) *Inquerito aos Orcamentos Familiares 2000/201*, Lisboa.
- McCulloch, A. M. e E. J. Joshi (2002) “Child Development and family resources: evidence from the second generation of the 1958 British cohort”, *Journal of Population Economics*, 15, pp 283-304.
- Pereirinha, J. A. et al (1999) *Exclusão Social em Portugal – estudo de situações e processos e avaliação das políticas sociais*, Relatório de Investigação, CISEP e CESIS, Lisboa.
- Ras, M.R. Michiel *et al* (2002) “Income on the move - Report on income distribution, poverty and redistribution”, Study Series 2002, DG for Employment and Social Affairs.
- Rodrigues, C. F. (1993) Measurement and decomposition of inequality in Portugal 1980/81-1989/90, Documentos de Trabalho n.º 1/93, CISEP, Lisboa.
- Ruggeri-Laderchi, *et al* (2003) “Does it matter that we don’t agree on the definitions of poverty? A comparison of approaches” Queen Elizabeth House, Working paper 107, University of Oxford, Oxford.
- Schluter, C. (1998) “Income Dynamics in Germany, the USA and the UK: Evidence from panel data”, CASEpaper/8, STICERD, LSE, London.
- Van Parijs, P. (1992) *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*, Verso, London.

Recent FEP Working Papers

Nº 177	Carlos F. Alves and F. Teixeira dos Santos, <i>The Informativeness of Quarterly Financial Reporting: The Portuguese Case</i> , June 2005
Nº 176	Leonor Vasconcelos Ferreira and Adelaide Figueiredo, <i>Welfare Regimes in the UE 15 and in the Enlarged Europe: An exploratory analysis</i> , June 2005
Nº 175	Mário Alexandre Silva and Aurora A. C. Teixeira, <i>Integrated graphical framework accounting for the nature and the speed of the learning process: an application to MNEs strategies of internationalisation of production and R&D investment</i> , May 2005
Nº 174	Ana Paula Africano and Manuela Magalhães, <i>FDI and Trade in Portugal: a gravity analysis</i> , April 2005
Nº 173	Pedro Cosme Costa Vieira, <i>Market equilibrium with search and computational costs</i> , April 2005
Nº 172	Mário Rui Silva and Hermano Rodrigues, <i>Public-Private Partnerships and the Promotion of Collective Entrepreneurship</i> , April 2005
Nº 171	Mário Rui Silva and Hermano Rodrigues, <i>Competitiveness and Public-Private Partnerships: Towards a More Decentralised Policy</i> , April 2005
Nº 170	Óscar Afonso and Álvaro Aguiar, <i>Price-Channel Effects of North-South Trade on the Direction of Technological Knowledge and Wage Inequality</i> , March 2005
Nº 169	Pedro Cosme Costa Vieira, <i>The importance in the papers' impact of the number of pages and of co-authors - an empirical estimation with data from top ranking economic journals</i> , March 2005
Nº 168	Leonor Vasconcelos Ferreira, <i>Social Protection and Chronic Poverty: Portugal and the Southern European Welfare Regime</i> , March 2005
Nº 167	Stephen G. Donald, Natércia Fortuna and Vladas Pipiras, <i>On rank estimation in symmetric matrices: the case of indefinite matrix estimators</i> , February 2005
Nº 166	Pedro Cosme Costa Vieira, <i>Multi Product Market Equilibrium with Sequential Search</i> , February 2005
Nº 165	João Correia-da-Silva and Carlos Hervés-Beloso, <i>Contracts for uncertain delivery</i> , February 2005
Nº 164	Pedro Cosme Costa Vieira, <i>Animals domestication and agriculture as outcomes of collusion</i> , January 2005
Nº 163	Filipe J. Sousa and Luís M. de Castro, <i>The strategic relevance of business relationships: a preliminary assessment</i> , December 2004
Nº 162	Carlos Alves and Victor Mendes, <i>Self-Interest on Mutual Fund Management: Evidence from the Portuguese Market</i> , November 2004
Nº 161	Paulo Guimarães, Octávio Figueiredo and Douglas Woodward, <i>Measuring the Localization of Economic Activity: A Random Utility Approach</i> , October 2004
Nº 160	Ana Teresa Tavares and Stephen Young, <i>Sourcing Patterns of Foreign-owned Multinational Subsidiaries in Europe</i> , October 2004
Nº 159	Cristina Barbot, <i>Low cost carriers, secondary airports and State aid: an economic assessment of the Charleroi affair</i> , October 2004
Nº 158	Sandra Tavares Silva, Aurora A. C. Teixeira and Mário Rui Silva, <i>Economics of the Firm and Economic Growth. An hybrid theoretical framework of analysis</i> , September 2004
Nº 157	Pedro Rui Mazedo Gil, <i>Expected Profitability of Capital under Uncertainty – a Microeconomic Perspective</i> , September 2004
Nº 156	Jorge M. S. Valente, <i>Local and global dominance conditions for the weighted earliness scheduling problem with no idle time</i> , September 2004
Nº 155	João Correia-da-Silva and Carlos Hervés-Beloso, <i>Private</i>

	<i>Information: Similarity as Compatibility</i> , September 2004
Nº 154	Rui Henrique Alves, <i>Europe: Looking for a New Model</i> , September 2004
Nº 153	Aurora A. C. Teixeira, <i>How has the Portuguese Innovation Capability Evolved? Estimating a time series of the stock of technological knowledge, 1960-2001</i> , September 2004
Nº 152	Aurora A. C. Teixeira, <i>Measuring aggregate human capital in Portugal. An update up to 2001</i> , August 2004
Nº 151	Ana Paula Delgado and Isabel Maria Godinho, <i>The evolution of city size distribution in Portugal: 1864-2001</i> , July 2004
Nº 150	Patrícia Teixeira Lopes and Lúcia Lima Rodrigues, <i>Accounting practices for financial instruments. How far are the Portuguese companies from IAS?</i> , July 2004
Nº 149	Pedro Cosme Costa Vieira, <i>Top ranking economics journals impact variability and a ranking update to the year 2002</i> , June 2004
Nº 148	Maria do Rosário Correia, Scott C. Linn and Andrew Marshall, <i>An Empirical Investigation of Debt Contract Design: The Determinants of the Choice of Debt Terms in Eurobond Issues</i> , June 2004
Nº 147	Francisco Castro, <i>Foreign Direct Investment in a Late Industrialising Country: The Portuguese IDP Revisited</i> , May 2004
Nº 146	Óscar Afonso and Álvaro Aguiar, <i>Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX</i> , May 2004
Nº 145	Álvaro Aguiar and Manuel M. F. Martins, <i>O Crescimento da Produtividade da Indústria Portuguesa no Século XX</i> , May 2004
Nº 144	Álvaro Aguiar and Manuel M. F. Martins, <i>Growth Cycles in XXth Century European Industrial Productivity: Unbiased Variance Estimation in a Time-varying Parameter Model</i> , May 2004
Nº 143	Jorge M. S. Valente and Rui A. F. S. Alves, <i>Beam search algorithms for the early/tardy scheduling problem with release dates</i> , April 2004
Nº 142	Jorge M. S. Valente and Rui A. F. S. Alves, <i>Filtered and Recovering beam search algorithms for the early/tardy scheduling problem with no idle time</i> , April 2004
Nº 141	João A. Ribeiro and Robert W. Scapens, <i>Power, ERP systems and resistance to management accounting: a case study</i> , April 2004
Nº 140	Rosa Forte, <i>The relationship between foreign direct investment and international trade. Substitution or complementarity? A survey</i> , March 2004
Nº 139	Sandra Silva, <i>On evolutionary technological change and economic growth: Lakatos as a starting point for appraisal</i> , March 2004
Nº 138	Maria Manuel Pinho, <i>Political models of budget deficits: a literature review</i> , March 2004
Nº 137	Natércia Fortuna, <i>Local rank tests in a multivariate nonparametric relationship</i> , February 2004
Nº 136	Argentino Pessoa, <i>Ideas driven growth: the OECD evidence</i> , December 2003
Nº 135	Pedro Lains, <i>Portugal's Growth Paradox, 1870-1950</i> , December 2003
Nº 134	Pedro Mazedo Gil, <i>A Model of Firm Behaviour with Equity Constraints and Bankruptcy Costs</i> , November 2003

Editor: Prof. Aurora Teixeira (ateixeira@fep.up.pt)

Download available at:

<http://www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/workingpapers.htm>

also in <http://ideas.repec.org/PaperSeries.html>

FEP 2005